

Argo IV Transmissão
de Energia S.A.

**Demonstrações Contábeis Regulatórias do exercício
findo em 31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	3
Balanço patrimonial regulatório	7
Demonstrações do resultado regulatórias	8
Demonstrações do resultado abrangente regulatórias	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido regulatórias	10
Demonstrações dos fluxos de caixa regulatórias	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Administradores da
Argo IV Transmissão de Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Argo IV Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração da Argo IV Transmissão de Energia S.A., com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Argo IV Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 4 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Argo IV Transmissão de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.



Outros assuntos - Demonstrações financeiras societárias

A Argo IV Transmissão de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 31 de janeiro de 2024, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP014428/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Daniel Fukumori', written over the printed name and CRC number.

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
CRC TSP245014/O-2

ARGO IV TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	36	40	Fornecedores	12	3.153	6.842
Títulos e valores mobiliários	6.1	32.380	24.857	Encargos sociais e trabalhistas	13	141	142
Concessionárias e permissionárias	7	10.901	9.120	Imposto de renda e contribuição social	14	-	1.140
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9	742	630	Obrigações tributárias	15	2.020	1.887
Tributos a compensar		38	6	Obrigações regulatórias	16	716	783
Contas a receber - Partes relacionadas	18	8	-	Dividendos a pagar		319	
Despesas pagas antecipadamente	8	3.694	36	Contas a pagar - partes relacionadas	18	202	139
Outros Ativos		4.430	262	Empréstimos e Financiamentos	17	17.123	17.460
Total do ativo circulante		52.229	34.951	Outros passivos		7.191	1.981
				Total do passivo circulante		30.865	30.374
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Fundos Vinculados - Caixa restrito	6.2	11.430	10.107	Fornecedores	12	39.035	39.035
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	9.858	11.284	Empréstimos e Financiamentos	17	284.168	300.579
Almoxarifado		2.739	-	Contingências Passivas	20	2.196	-
Outros ativos		3.406	3.407	Outros passivos		3.923	-
Imobilizado	10	434.775	448.188	Total do passivo não circulante		329.322	339.614
Intangível	11	7.262	6.408				
Total do ativo não circulante		469.470	479.394	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19		
				Capital social		172.826	172.826
				Reserva de lucros		246.955	231.577
				Reservas de capital		-	
				Prejuízos acumulados		(265.920)	(260.046)
				Dividendos adicionais propostos		7.651	-
				Total do patrimônio líquido		161.512	144.357
TOTAL DO ATIVO		521.699	514.345	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		521.699	514.345

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ARGO IV TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
OPERAÇÃO EM CONTINUIDADE			
Disponibilização do sistema de transmissão	21	94.620	91.755
RECEITA BRUTA		<u>94.620</u>	<u>91.755</u>
TRIBUTOS			
(-) PIS sobre faturamento	21	(1.669)	(1.399)
(-) COFINS sobre faturamento	21	(7.686)	(6.443)
ENCARGOS - PARCELA "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	21	(337)	(282)
FNDCT	21	(337)	(281)
MME	21	(169)	(140)
TFSEE	21	(169)	(322)
RECEITA LÍQUIDA		<u>84.253</u>	<u>82.888</u>
CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"			
Serviços de terceiros	22	(4.174)	(3.629)
Materiais	22	(322)	(287)
Arrendamentos e aluguéis	22	(321)	(75)
Pessoal e administradores	22	(2.747)	(2.084)
Tributos	22	(16)	(18)
Provisão para contingência	22	(91)	-
Seguros	22	(71)	-
Depreciação e amortização	22	(13.133)	(14.018)
Outros gastos operacionais	22	352	(1.592)
RESULTADO DA ATIVIDADE		<u>63.730</u>	<u>61.185</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>63.730</u>	<u>61.185</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	23	3.213	2.161
Despesas financeiras	23	(25.622)	(34.305)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>41.321</u>	<u>29.041</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	24	(2.421)	(1.209)
Diferido	24	(1.426)	6.675
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>37.474</u>	<u>34.507</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ARGO IV TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	37.474	34.507
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>37.474</u>	<u>34.507</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ARGO IV TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social		Reserva		Dividendos adicionais propostos	Prejuízos acumulados	Total
		Subscrito	Legal	de incentivos fiscais	de lucros			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		105.500	15.654		238.552	-	(317.183)	42.523
Aumento de capital		67.326	-	-	-	-	-	67.326
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	34.507	34.507
Constituição de reserva de incentivos fiscais	19	-	-	4.506	-	-	(4.506)	-
Absorção de prejuízo do exercício		-	-	-	(27.135)	-	27.136	1
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		172.826	15.654	4.506	211.417	-	(260.046)	144.357
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	37.474	37.474
Constituição de reserva legal	19	-	2.167	-	-	-	(2.167)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	19	-	-	9.301	-	-	(9.301)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	19	-	-	-	-	-	(319)	(319)
Constituição de reserva de retenção de lucros	19	-	-	-	23.910	-	(23.910)	-
Dividendos adicionais aprovados	19	-	-	-	(20.000)	-	-	(20.000)
Dividendos adicionais propostos	19	-	-	-	-	7.651	(7.651)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		172.826	17.821	13.807	215.327	7.651	(265.920)	161.512

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ARGO IV TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		37.474	34.507
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	1.426	(6.675)
Imposto de renda e contribuição social corrente		2.421	1.209
Provisões		2.196	-
Receitas de aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários	23	(3.365)	(2.161)
Depreciação e Amortização	10 e 11	13.133	14.018
Juros e variação sobre empréstimos	17	21.348	23.398
Caixa gerado pelas operações		74.633	64.296
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Concessionárias e permissionárias	7	(1.781)	(1.136)
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9	(112)	(402)
Tributos a compensar		(32)	-
Despesas pagas antecipadamente	8	(3.658)	265
Contas a receber - partes relacionadas	18	(8)	-
Outros ativos		(4.167)	8.017
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	12	(3.689)	4.987
Imposto de renda e contribuição social	14	(1.972)	(69)
Encargos sociais e trabalhistas	13	(1)	14
Obrigações tributárias	15	133	(1.040)
Obrigações regulatórias	16	(67)	402
Contas a pagar - partes relacionadas	18	63	139
Outros passivos		9.482	1.235
Provisões		(348)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.466)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		65.010	76.708
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado e intangível	10 e 11	(1.437)	(2.189)
Aplicação em Títulos e valores mobiliários	6.1	(205.683)	(118.995)
Resgates em Títulos e valores mobiliários	6.1	200.202	90.499
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		(6.918)	(30.685)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos		(20.000)	-
Pagamento de juros de empréstimos	17	(21.685)	(6.764)
Pagamento principal de empréstimos	17	(16.411)	(39.125)
Aplicações em Fundos vinculados - Caixa restrito	6.2	-	(401)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		(58.096)	(46.290)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		(4)	(267)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	36	40
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	40	307
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(4)	(267)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

1 Informações gerais

A Argo IV Transmissão de Energia S.A. (“Argo IV” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 1º de abril de 2016 e domiciliada à Rua Tabapuã, 841 – 5º andar, Itaim Bibi, São Paulo, SP.

A Companhia tem por objeto a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Companhia é uma controlada integral da Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A.

1.1 Concessão

A Argo IV Transmissão de Energia S.A. (anteriormente denominada Rialma Transmissora de Energia III S.A.) (“Companhia” ou “Argo IV”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 09 de junho de 2017, com sede na cidade de São Paulo - SP. A Companhia iniciou suas operações em julho de 2021.

A Companhia tem por objeto a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Em 03 de novembro de 2021, a antiga controladora da Companhia firmou contrato de compra e venda da totalidade das suas ações para a Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. A efetivação da venda dependia de certas condições precedentes que fazem parte daquele contrato que na presente data já se encontram integralmente cumpridas. Essa transferência de controle foi anuída previamente pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, por meio do despacho nº 4.061 de 20 de dezembro de 2021 e em 27 de janeiro de 2022 foi obtida também a anuência prévia do Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB por meio do ofício 2022/0183-064. A transferência de controle ocorreu em 31 de janeiro de 2022, em decorrência da transferência a denominação da Companhia passou a ser Argo IV Transmissão de Energia S.A.

2 Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

A prestação do serviço público de transmissão é uma atividade regulada, concedida de acordo com os contratos de concessão de transmissão, feita por linhas e subestações que integram a rede básica.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica.

As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas – RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado pelo Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL,

e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

As concessionárias deverão manter o controle segregado, em registros auxiliares, dos bens relativos à conexão daqueles relacionados às demais instalações de transmissão.

3 Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 933 de 18 de maio de 2021. As Demonstrações Contábeis Regulatórias são separadas das Demonstrações Financeiras Societárias da outorgada, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS – International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo “*IASB – International Accounting Standards Board*”.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e as demonstrações contábeis regulatórias, uma vez que o MCSE especifica um tratamento ou divulgação alternativa para certos aspectos. As diferenças para as práticas contábeis do MCSE e as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) estão descritas na nota explicativa nº 30.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As emissões das demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas e autorizadas pela Administração em 28 de março de 2024.

As demonstrações contábeis regulatórias estão expressas em milhares de reais (R\$), arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

3.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

3.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas estão descritas a seguir:

- **Avaliação de instrumentos financeiros** – são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de

determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 26 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

- **Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos:** são registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos quando aplicável, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados no parágrafo anterior, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra o quais serão utilizados.

- **Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis** – A Companhia constitui provisões, quando aplicável, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

A Companhia, também, constitui provisão com base nos relatórios dos seus consultores jurídicos para processos nas esferas trabalhista, cível, fiscal e/ou ambiental quando a expectativa de perda é provável, e a Companhia consta como ré do processo.

3.5 Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST. Tal contrato estabelece os termos e as condições que regulam a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso de transmissão. Dessa forma, a Companhia não tem gerência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso. Essa gerência é de inteira responsabilidade do ONS assegurando que não há obrigações contratuais diretas entre aqueles que acessam a linha de transmissão e a Companhia.

4 Políticas contábeis significativas

As práticas contábeis descritas a seguir vêm sendo aplicadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), que sofreu uma revisão em 2021 e trouxe as seguintes alterações:

- a) **Mudanças na aplicação de Pronunciamentos Contábeis (CPCs)**
 - (i) CPC 06 – Arrendamentos: aplicação deste CPC deverá se restringir aos bens administrativos, ou seja, aqueles que não estão diretamente vinculados às instalações de energia elétrica das atividades de geração, transmissão e distribuição de energia.
 - (ii) CPC 47 – PECLD - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa: mudança na matriz da PECLD que deixa de ser uma matriz fixa e passa a ser histórica conforme previsto neste CPC.
- b) **Fornecedores:** A contabilização da compra de energia referente a variação cambial de Itaipu que anteriormente era reconhecida na Despesa Financeira e passará a ser contabilizado no grupo de Compra de Energia.
- c) **Pessoal – Estagiários:** as contabilizações de estagiários e programas de iniciação ao trabalho passam a ser contabilizadas no grupo de pessoal.

- d) **Imobilizado:** abertura do grupo de contas para apuração dos ganhos na alienação de bens reversíveis e não reversíveis.
- e) **Outros grupos de contas tiveram alterações para melhor apresentação do BMP, como:** abertura do grupo de encargos setoriais a compensar para P&D e PEE; ativo e passivo financeiro setoriais; contingências; imobilizado; base de cálculo das obrigações legais de investimento em projetos de pesquisa e desenvolvimento – P&D e eficiência energética – EE.

A Administração avaliou as mudanças acima e não identificou mudanças relevantes.

4.1 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração – Itens do imobilizado operacional e administrativo são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante do funcionamento de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Depreciação – itens do ativo imobilizado operacional e administrativo são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As taxas anuais de depreciação estão determinadas no Manual de Controle Patrimonial emitido por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015.

A Companhia considera o valor contábil residual, sem os efeitos do valor novo de reposição (VNR), pois para fins de indenização ao final da concessão o cálculo do ativo de contrato da concessão na contabilidade societária tem saldo zero ao final do fluxo de investimento e recebimento da concessão, e não há efeito de cálculo de correção do custo pelo valor novo de reposição (VNR).

No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não depreciados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

4.2 Intangível

Reconhecimento e mensuração – registrado ao custo de aquisição ou construção. Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do intangível), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Amortização – a amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

4.3 Reconhecimento de receita

A receita de disponibilização do sistema de transmissão é reconhecida mensalmente na fase operacional, com base no valor da receita anual permitida – RAP. A Companhia realiza atividades de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato do Uso do Sistema de Transmissão – CUST, que estabelece os termos e as condições que regulam a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Desta forma, a Companhia não tem influência

sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso, definição essa de inteira responsabilidade do ONS.

A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Desta forma a receita é reconhecida mediante a disponibilização do sistema de transmissão.

4.4 Caixa e equivalente de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

4.5 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.5.1 Ativos financeiros

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Na análise para classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

- **Custo amortizado:** Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixas contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.
- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** Se a Companhia possui o ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou somente instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

4.5.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

4.5.3 Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros é conforme segue:

Ativo/Passivo Financeiro	Classificação
Caixa, equivalentes de caixa	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo através do resultado
Contas a receber - partes relacionadas	Custo amortizado
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado
Fundos vinculados	Valor justo através do resultado
Outros ativos	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado
Contas a pagar – partes relacionadas	Custo amortizado
Outros passivos	Custo amortizado

4.6 Redução ao valor recuperável (“Impairment”)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é mensurado na data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

A Companhia não identificou perdas (“*impairment*”) a serem reconhecidos no exercício apresentado.

4.7 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e perdas reconhecidas por redução ao valor recuperável aos ativos financeiros, quando aplicável.

4.8 Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável anual. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais, sobre os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, quando for provável a realização com lucros tributáveis futuros.

O saldo dos impostos diferidos ativo é revisado no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

4.9 Patrimônio líquido

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

4.10 Demonstração dos fluxos de caixa

Elaborada pelo método indireto e apresentadas de acordo com o Manual Contábil do Setor Elétrico.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e depósitos bancários	36	40
Total	<u>36</u>	<u>40</u>

6 Títulos e valores mobiliários

6.1 Circulante

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Títulos e valores mobiliários (*)	32.380	24.857
Total	<u>32.380</u>	<u>24.857</u>

(*) Aplicações financeiras que representam investimentos em títulos mobiliários, referenciado na variação do CDI, com remuneração média de 106,97% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (102,83% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). As carteiras dos Fundos são compostas exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

6.2 Fundos vinculados – Caixa restrito

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Conta Reserva (**)	11.430	10.107
Total	<u>11.430</u>	<u>10.107</u>

(**) Refere-se a conta reserva junto ao Banco do Nordeste S.A. (“BNB”), vinculada ao saldo de empréstimo e financiamento com o BNB, esse valor será mantido até o final do contrato em julho de 2039.

7 Concessionárias e permissionárias

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Encargos de Uso de Rede Elétrica	10.901	9.120
Total	<u>10.901</u>	<u>9.120</u>

A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores de seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Títulos a vencer	8.910	8.404
Títulos vencidos em até 30 dias	28	-
Títulos vencidos em até 90 dias	1.025	211
Títulos vencidos há mais de 90 dias	938	505
Total	<u>10.901</u>	<u>9.120</u>

8 Despesas pagas antecipadamente

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Seguros a apropriar	44	36
Outras despesas a apropriar	3.650	-
Total	<u>3.694</u>	<u>36</u>

(*) Refere-se a apólices de seguro assumidas pela companhia conforme descrito na nota explicativa nº 26.

9 Imposto de renda e contribuição social a compensar

O detalhamento do montante para 31 de dezembro de 2023 e 2022 encontra-se logo abaixo:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Imposto de renda e contribuição social a compensar	742	630
Total	<u>742</u>	<u>630</u>

10 Imobilizado

A movimentação do imobilizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está representada no quadro abaixo:

Ativo Imobilizado em serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022	Obrigações Especiais Brutas	Amortização acumulada	Obrigações Especiais líquidas
Transmissão	465.848	-	-	-	-	465.848	-	(33.296)	432.552	446.162	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	131.662	-	-	-	-	131.662	-	(7.746)	123.916	117.649	-	-	-
Máquinas e equipamentos	334.186	-	-	-	-	334.186	-	(25.550)	308.636	328.513	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	1.167	730	-	-	-	1.897	730	(78)	1.819	1.163	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	1.139	687	-	-	-	1.826	687	(71)	1.755	1.139	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	28	43	-	-	-	71	43	(7)	64	24	-	-	-
Subtotal	467.015	730	-	-	-	467.745	730	(33.374)	434.371	447.325	-	-	-
Ativo Imobilizado em curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022	Obrigações Especiais Brutas	Amortização acumulada	Obrigações Especiais líquidas
Transmissão	863	404	-	(863)	-	404	(459)	-	404	863	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	863	404	-	(863)	-	404	(459)	-	404	863	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	863	404	-	(863)	-	404	(459)	-	404	863	-	-	-
Total do ativo imobilizado	467.878	1.134	-	(863)	-	468.149	271	(33.374)	434.775	448.188	-	-	-

Argo IV Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações Contábeis Regulatórias
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Ativo Imobilizado em serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021	Obrigações Especiais Brutas	Amortização acumulada	Obrigações Especiais líquidas
Transmissão	465.848	-	-	-	-	465.848	-	(19.686)	446.162	459.517	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	131.662	-	131.662	131.662	(14.013)	117.649	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	(131.662)	-	334.186	(131.662)	(5.673)	328.513	459.517	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	125	1.042	-	-	-	1167	1.042	(4)	1.163	125	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	36	-	-	(36)	-	-	(36)	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	1.042	-	97	-	1.139	1.139	-	1.139	-	-	-	-
Veículos	13	-	-	(13)	-	-	(13)	-	-	13	-	-	-
Móveis e utensílios	76	-	-	(48)	-	28	(48)	(4)	24	76	-	-	-
Subtotal	465.793	1.042	-	-	-	467.015	1.042	(19.690)	447.325	459.642	-	-	-

Ativo Imobilizado em curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021	Obrigações Especiais Brutas	Amortização acumulada	Obrigações Especiais líquidas
Transmissão	-	863	-	(863)	-	863	(863)	-	863	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	863	-	(863)	-	863	(863)	-	863	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	863	-	(863)	-	863	(863)	-	863	-	-	-	-
Total do ativo imobilizado	465.973	1.905	-	(863)	-	467.878	1.905	(19.690)	448.188	459.642	-	-	-

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado	Material/ Equipamentos	Serviços de terceiros	Total
Máquinas e equipamentos	687	-	687
Móveis e utensílios	43	-	43
Outros	404	-	404
Total das Adições	1.134	-	1.134

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 474/12, são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Condutor do sistema	2,70%
Equipamento geral	6,25%
Estrutura do sistema	2,70%
Religadores	4,00%
Barramento	2,55%
Transformador	3,33%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecaria sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 691/2015, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

11 Intangível

A movimentação do ativo intangível para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está representada no quadro abaixo:

Ativo Intangível em serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Transmissão	6.783	-	-	-	-	6.783	-	-	6.783	6.161
Servidões	6.783	-	-	-	-	6.783	-	-	6.783	6.161
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	284	303	-	-	-	587	303	(108)	479	247
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	284	303	-	-	-	587	303	(108)	479	247
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	7.067	303	-	-	-	7.370	303	(108)	7.262	6.408

Ativo Intangível em curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do ativo Intangível	7.067	303	-	-	-	7.370	303	(108)	7.262	6.408

A composição do ativo intangível é como segue:

Argo IV Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações Contábeis Regulatórias
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Ativo Intangível em serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Transmissão	6.783	-	-	-	-	6.783	-	(622)	6.161	6.783
Servidões	6.783	-	-	-	-	6.783	-	(622)	6.161	6.783
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	284	-	-	-	284	284	(37)	247	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	284	-	-	-	284	284	(37)	247	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	6.783	284	-	-	-	7.067	284	(659)	6.408	6.783
Ativo Intangível em curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do ativo Intangível	6.783	284	-	-	-	7.067	284	(659)	6.408	6.783

12 Fornecedores

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores nacionais	42.188	45.877
Total	<u>42.188</u>	<u>45.877</u>
Classificados como:		
Circulante	3.153	6.842
Não Circulante (*)	39.035	39.035

(*) A Companhia possui um passivo de Fornecedores a longo prazo referente a processos de ação indenizatória de títulos de crédito em andamento oriundos da antiga administradora da Companhia

13 Encargos sociais e trabalhistas

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão de bônus	84	80
Provisão de férias	34	28
Encargos trabalhistas	23	34
Total	<u>141</u>	<u>142</u>

14 Imposto de renda e contribuição social a pagar

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Contribuição social a pagar	-	1.140
Total	<u>-</u>	<u>1.140</u>

15 Obrigações tributárias

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Pis e Cofins	1.846	1.467
ICMS	4	198
ISS de terceiros	34	62
Outros tributos	136	160
Total	<u>2.020</u>	<u>1.887</u>

16 Obrigações regulatórias

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão para P&D	571	532
Encargos regulatórios a recolher *	145	251
Total	<u>716</u>	<u>783</u>

(*) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei. Sendo eles: taxa de fiscalização, conta de desenvolvimento energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica e FINEP – Financiadora de estudos e projetos.

17 Empréstimos e financiamentos

A composição dos empréstimos e financiamentos da Companhia é como segue:

Juros - curto prazo	Principal - curto prazo	Principal + juros - longo prazo	Total
712	16.411	284.168	301.291

A movimentação dos empréstimos e financiamentos da Companhia é como segue:

Instituição financeira	Saldo final 31/12/2021	Captação	Juros e variação monetária	Pagamentos Principal	Pagamentos Juros	Custo de transação	Saldo final 31/12/2022	Captação	Juros e variação monetária	Pagamentos Principal	Pagamentos Juros	Custo de transação	Saldo final 31/12/2023
BNB	337.801	-	23.398	(36.539)	(6.621)	-	318.039	-	21.348	(16.411)	(21.685)	-	301.291
Bradesco	2.189	-	-	(2.046)	(143)	-	-	-	-	-	-	-	-
	339.990	-	23.398	(38.585)	(6.764)	-	318.039	-	21.348	(16.411)	(21.685)	-	301.291

Instituição financeira	Data da captação	Tipo de garantia	Indexador ou juros	Spread (a.a.)	Data próximo pgto juros	Frequência pgto juros	Dara próxima amortização	Vencimento final	Frequência amortização	Sistemática amortização
BNB	26/01/2021	Fiança	IPCA	1,28%	15/04/2024	Mensal	15/04/2024	15/07/2039	Mensal	SAC

Em 31 de dezembro de 2023, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	<u>31/12/2023</u>
2025	17.123
2026	16.411
2027	16.411
2028 em diante	234.223
Total	<u>284.168</u>

Garantias

- Fianças bancárias e garantias usuais de projeto, tais como:
- Penhor da totalidade das ações de emissão da Argo IV;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.
- Conta reserva do serviço da dívida

A Companhia realiza o acompanhamento das cláusulas restritivas previstas no contrato de financiamento.

17.1 Dívida líquida

	No ta	Juros de curto prazo	Principal de curto prazo	Custo transação a amortizar CP	Principal e juros de LP	Custo transação a amortizar LP	31/12/2023	31/12/2022
Dívida bruta								
Empréstimos e Financiamentos		712	16.411	-	284.168	-	301.291	318.039
Ativos								
Financeiros								
Caixa e equivalente de caixa		-	36	-	-	-	36	40
Fundo vinculado - caixa restrito		-	-	-	11.430	-	11.430	10.107
Títulos e valores mobiliários		-	32.380	-	-	-	32.380	24.857
Dívida Líquida		712	(16.005)	-	272.738	-	257.445	283.035

18 Partes relacionadas

O saldo passivo com partes relacionadas no montante de R\$ 139 representa despesas incorridas a serem pagas as empresas do grupo.

Contrato de compartilhamento de infraestrutura e serviços corporativos	Vigência	31/12/2023		31/12/2022	31/12/2023		31/12/2022
		Ativo	Passivo	Passivo	Resultado	Resultado	
Argo I Transmissão de Energia S.A.	31/07/2024	8	202	139	2.588		316
Total		8	202	139	2.588		316

18.1 Remuneração da Administração

Em 31 de dezembro de 2023, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R\$ 8.303, respectivamente, sendo salários e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas” e refere-se a uma administração comum, na qual a remuneração é registrada e paga pela Argo Transmissora de Energia S.A. A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Benefícios de curto prazo a empregados:		
Salários e honorários	3.631	3.659
Encargos sociais	1.747	943
Bônus	2.925	2.559
Total	8.303	7.161

19 Patrimônio líquido

Através do Despacho nº 2.794 de 29 de setembro de 2022, ficou consignado a aprovação de pedido de anuência prévia de transferência de controle societário do Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia para Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A, pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

Com isso, em 30 de novembro de 2022, ocorreu a efetiva transferência de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social (“Ações da Requerente”) do Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia para Argeb Energia Empreendimentos e Participações, conforme livro de transferência de ações arquivados na Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 172.826 dividido em 172.825.949 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	31/12/2023		31/12/2022	
Acionistas	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	%
Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A.	172.825.949	100%	172.825.949	100%

19.1 Reservas de lucros

19.1.1 Reserva legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício societário deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2023, a companhia destinou R\$ 2.167 para constituição da reserva legal.

19.1.2 Retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia destinou R\$ 23.910 para constituição de reserva de retenção de lucros com o objetivo de preservar os investimentos futuros para conclusão da linha de transmissão de acordo com o orçamento de capital e planejamento estratégico da Companhia.

19.1.3 Incentivos fiscais

Conforme laudo constitutivo nº 0090/2020 de reconhecimento do direito ao benefício à redução do IRPJ emitido em 11 de novembro de 2020 foi garantido à Giovanni Sanguinetti Transmissora de Energia S.A. pelo diretor de gestão de fundos e incentivos e de investimentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o direito do benefício de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração. O período de fruição ao direito do benefício fiscal é de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2029.

19.2 Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A companhia poderá, a critério da administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei. 9.249/95.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

Argo IV Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações Contábeis Regulatórias
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	37.474	34.507
Reserva legal - (5%)	(2.167)	-
Reserva de incentivos fiscais	(9.301)	-
Lucro líquido ajustado	26.006	34.507
Dividendos mínimos obrigatórios	319	-
Dividendos adicionais propostos	7.651	-
Reservas de lucros	23.910	-

20 Provisões para riscos

A Companhia é parte em demandas de natureza trabalhista, cível, tributária e/ou outras em andamento na esfera administrativa e/ou judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos.

Em 31 de dezembro de 2023, na opinião de seus assessores jurídicos externos, os processos judiciais com probabilidade de perda provável, nos quais a Companhia figura como ré, perfazem o montante de R\$ 2.196, (não havia montante em 31 de dezembro de 2022), deste montante a Companhia já havia registrado R\$ 2.259 como passivo de Fornecedores e, portanto, não constituiu nova provisão.

Contingências passivas com avaliação de risco possível

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus assessores jurídicos externos, acredita que as chances de perda são possíveis e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. As reclamações relacionadas a perdas possíveis perfazem o montante de R\$ 90 (R\$ 1.667 em 31 de dezembro de 2022).

21 Receita operacional líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Uso de rede elétrica de transmissão faturado	91.861	87.287
Receita Despacho 1844/17	2.759	4.468
Receita bruta	94.620	91.755
(-) Abatimentos		
(-) PIS e COFINS sobre faturamento	(9.355)	(7.842)
(-) Encargos regulatórios	(1.012)	(1.025)
Receita líquida	84.253	82.888

22 Custos e despesas por natureza

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Custo gerenciáveis - Parcela "B"		
Pessoal e administradores	(2.747)	(2.084)
Materiais	(322)	(287)
Serviços de terceiros	(4.174)	(3.629)
Arrendamentos e aluguéis	(321)	(75)
Depreciação e Amortização	(13.133)	(14.018)
Seguros	(71)	-
Tributos	(16)	(18)
Provisão para contingência	(91)	-
Outros gastos operacionais	352	(1.592)
Total	<u>(20.523)</u>	<u>(21.703)</u>

23 Resultado financeiro

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas financeiras:		
Receitas de aplicações financeiras	3.365	1.920
(-) PIS e COFINS s/ receitas financeiras	(157)	-
Outras receitas financeiras	5	241
Total	<u>3.213</u>	<u>2.161</u>
Despesas financeiras:		
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(30)	(15)
Juros e variação monetária	(21.348)	(27.409)
Outras despesas financeiras	(4.244)	(6.881)
Total	<u>(25.622)</u>	<u>(34.305)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(22.409)</u>	<u>(32.144)</u>

24 Imposto de renda e contribuição social

24.1 Reconciliação da alíquota efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecida em resultado é demonstrada como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	41.321	29.041
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	(14.049)	(9.874)
Benefício fiscal (*)	9.837	4.697
Prejuízo fiscal e base negativa	4.444	-
Adições e exclusões permanentes	20	-
Outros	-	(289)
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos	(1.426)	6.675
Constituição de IRPJ e CSLL corrente	<u>(2.421)</u>	<u>(1.209)</u>
Alíquota efetiva	9%	-19%

(*) Devido ao fato de sua linha de transmissão estar situada na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, a Companhia possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre a receita de transmissão de energia, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido.

Para fins regulatórios todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso o IRPJ e CSLL diferidos.

24.2 Movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>Ativo (a)</u>	<u>Passivo (b)</u>	<u>Líquido</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.609	-	4.609
Constituição de benefício fiscal sobre prejuízo Fiscal	6.675		6.675
Compensação do prejuízo fiscal			-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	11.284	-	11.284
Constituição de benefício fiscal sobre prejuízo Fiscal	(955)		(955)
Ajuste de diferido com base em exercícios anteriores	(471)		(471)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	9.858	-	9.858

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos originam-se dos prejuízos fiscais. Esses ativos serão realizados ao longo do contrato de concessão.

25 Instrumentos financeiros

25.1 Hierarquia do valor justo

	Nota	Hierarquia	Valor Justo		Valor Contábil		
			<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	
Ativos financeiros:							
Valor justo por meio do resultado:							
Títulos e valores mobiliários	7.1	2	32.380	24.857	32.380	24.857	
Fundos vinculados – caixa restrito	7.2	2	11.430	10.107	11.430	10.107	
Total			43.810	34.964	43.810	34.964	
Empréstimos e recebíveis:							
Caixa e equivalentes de caixa	6	2	36	40	36	40	
Concessionárias e permissionárias	8	2	10.901	9.120	10.901	9.120	
Outros ativos		2	4.430	262	4.430	262	
Total Ativo			15.367	9.422	15.367	9.422	
Passivos financeiros:							
Outros passivos financeiros:							
Fornecedores	13	2	42.188	45.877	42.188	45.877	
Contas a pagar - partes relacionadas	19	2	202	139	202	139	
Empréstimos e Financiamentos	18	2	301.291	318.039	301.291	318.039	
Outros passivos			7.191	1.632	7.191	1.632	
Total Passivo			350.872	365.687	350.872	365.687	

Os instrumentos financeiros contratados enquadram-se conforme anteriormente apresentado, e de acordo com a definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico:

- **Nível 1** - avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos na data das demonstrações contábeis regulatórias. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, um grupo de indústrias, um serviço de precificação ou uma agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- **Nível 2** - utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- **Nível 3** - avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

25.1.1 Técnicas de avaliação e informações utilizada para determinação do valor justo

Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis regulatórias.

Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis regulatórias.

Fornecedores e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias.

Financiamentos e debêntures: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo diminuídos de quaisquer custos de transação atribuíveis. No caso das debêntures é mensurado com base na cotação de mercado do próprio instrumento. Após o reconhecimento inicial, os financiamentos são medidos pelo custo amortizado e juros trazidos a valor presente utilizando como taxa de desconto real o CDI na data findo em 31 de dezembro de 2023.

25.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

25.2.1 Risco de Crédito

Salvo pelas contas a receber e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

Em 31 de dezembro de 2023, a exposição máxima do risco de crédito do contas a receber de concessionárias e permissionárias é de R\$ 10.901 (R\$ 9.120 em 31 de dezembro de 2022).

25.2.2 Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

25.2.3 Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia não pactuara contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia está relacionado às taxas de juros.

A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; (ii) títulos e valores mobiliários; e (iii) Empréstimos e debêntures.

25.2.4 Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Em 31 de dezembro de 2023, os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa descontados contratados:

	2024	2025	2026	2027 +
	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Fornecedores	3.153	-	-	39.035
Empréstimos e financiamentos	17.123	16.411	16.411	251.346
Total	20.276	16.411	16.411	290.381

25.3 Análise de sensibilidade

A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2023, foram definidos três cenários diferentes:

O cenário I (provável) considera o cenário esperado para os próximos 12 meses a partir de 31 de dezembro de 2022, tendo como base as taxas de juros futuras observadas na data-base das demonstrações contábeis regulatórias, disponíveis no *website* da BM&F Bovespa (CDI), Boletim Focus (IPCA) e a manutenção da TJLP. Para os riscos de variação do CDI que é base para atualização de parte substancial das aplicações financeiras, de acordo com taxas referenciais de mercado projetadas para os próximos 12 meses é de 11,65% ao ano, para o IPCA, é de 3,90% e a TJLP para remuneração da dívida, cuja posição em 31 de dezembro de 2023 é de 6,55% ao ano.

Os cenários II e III consideram os rendimentos auferidos caso haja uma depreciação de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

O resumo dos diferentes cenários é demonstrado abaixo:

Operação	Risco	Total	Cenário		
			I	II	III
Caixa e equivalentes	Redução do CDI	36	4	3	2
Títulos e valores mobiliários	Redução do CDI	32.380	3.772	2.829	1.886
Fundos restritos	Redução do CDI	11.430	1.332	999	666
Instrumentos financeiros ativos		43.846	5.108	3.831	2.554
Empréstimos e Financiamentos	Aumento da TJLP	301.291	19.735	14.801	9.867
Instrumentos financeiros passivos		301.291	19.735	14.801	9.867

26 Seguros

Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros é como segue:

Modalidade	Seguradora	Valor segurado	Vigência
Seguros - Riscos operacionais	Fator Seguradora S/A	200.000	07/09/2024
Seguros - Responsabilidade civil	Chubb	50.000	07/09/2024

27 Transações não envolvendo caixa

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou a seguinte operação não envolvendo caixa, portanto, esta não está refletida na demonstração dos fluxos de caixa:

Transações que não impactaram caixa	31/12/2023	31/12/2022
Compensação de IRPJ	9.301	4.506

28 Conciliação das demonstrações contábeis societárias e demonstrações contábeis regulatórias

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras societárias e as práticas contábeis adotadas nas demonstrações contábeis regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas duas demonstrações em questão. A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

28.1 Balanço Patrimonial Societário e Regulatório

ATIVO	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	5	36	-	36	40	-	40
Títulos e valores mobiliários	6.1	32.380	-	32.380	24.857	-	24.857
Concessionárias e permissionárias	7	10.901	-	10.901	9.120	-	9.120
Contas a receber - Partes relacionadas	18	8	-	8	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente	8	3.694	-	3.694	36	-	36
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9	742	-	742	630	-	630
Outros tributos a compensar		38	-	38	6	-	6
Outros ativos		4.430	-	4.430	1.125	(863)	262
Ativo da concessão		96.230	(96.230)	-	95.617	(95.617)	-
Total do ativo circulante		148.459	(96.230)	52.229	131.431	(96.480)	34.951
NÃO CIRCULANTE							
Ativo da concessão		845.723	(845.723)	-	848.812	(848.812)	-
Fundos Vinculados - Caixa restrito	6.2	11.430	-	11.430	10.107	-	10.107
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	9.858	9.858	-	11.284	11.284
Estoque - almoxarifado		2.739	-	2.739	-	-	-
Imobilizado	10	1.819	432.956	434.775	1.163	447.025	448.188
Intangível	11	479	6.783	7.262	247	6.161	6.408
Outros ativos		3.406	-	3.406	3.406	-	3.406
Total do ativo não circulante		865.596	(396.126)	469.470	863.735	(384.342)	479.393
TOTAL DO ATIVO		1.014.055	(492.356)	521.699	995.166	(480.822)	514.344
				31/12/2023			31/12/2022

<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota</u>	<u>Societário</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Regulatório</u>	<u>Societário</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Regulatório</u>
CIRCULANTE							
Fornecedores	13	3.153	-	3.153	6.842	-	6.842
Encargos sociais e trabalhistas	14	141	-	141	142	-	142
Imposto de renda e contribuição social	15	-	-	-	1.140	-	1.140
Empréstimos e Financiamentos	18	17.123	-	17.123	17.460	-	17.460
Obrigações tributárias	16	2.020	-	2.020	1.887	-	1.887
Obrigações regulatórias	17	716	-	716	783	-	783
PIS e COFINS diferidos	28.3	8.901	(8.901)	-	8.845	(8.845)	-
Dividendos a pagar		319	-	319	-	-	-
Contas a pagar - partes relacionadas	19	202	-	202	139	-	139
Provisões		-	-	-	348	-	348
Outros passivos		7.191	-	7.191	1.632	-	1.632
Total do passivo circulante		39.766	(8.901)	30.865	39.218	(8.845)	30.373
NÃO CIRCULANTE							
Fornecedores	13	39.035	-	39.035	39.035	-	39.035
Empréstimos e Financiamentos	18	284.168	-	284.168	300.579	-	300.579
Contingências passivas		2.196	-	2.196	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		139.306	(139.306)	-	133.416	(133.416)	-
PIS e COFINS diferidos		78.229	(78.229)	-	78.515	(78.515)	-
Outros passivos		3.923	-	3.923	-	-	-
Total do passivo não circulante		546.857	(217.535)	329.322	551.545	(211.931)	339.614
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	20	172.826	-	172.826	172.826	-	172.826
Reservas de lucros		246.955	-	246.955	231.577	-	231.577
Prejuízos acumulados		-	(265.920)	(265.920)	-	(260.046)	(260.046)
Dividendos adicionais propostos		7.651	-	7.651	-	-	-
Total do patrimônio líquido		427.432	(265.920)	161.512	404.403	(260.046)	144.357
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.014.055	(492.356)	521.699	995.166	(480.822)	514.344

28.2 Demonstração do Resultado Societário e Regulatório

	Nota	31/12/2023			31/12/2022			
		Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório	
Operações em continuidade								
Receitas								
Disponibilização do sistema de transmissão	22	-	94.620	94.620	-	91.755	91.755	
Receita de remuneração do ativo de contrato		123.318	(123.318)	-	99.736	(99.736)	-	
Receita de operação e manutenção		4.228	(4.228)	-	3.686	(3.686)	-	
Revisão tarifária periódica		(34.652)	34.652	-	-	-	-	
Ganho de eficiência		-	-	-	-	-	-	
Parcela Variável e outras deduções		(132)	132	-	(5)	5	-	
Outras Receitas		(618)	618	-	1.408	(1.408)	-	
Tributos								
(-) PIS/COFINS Diferidos		229	(229)	-	(1.089)	1.089	-	
(-) PIS/COFINS sobre faturamento	22	(9.355)	-	(9.355)	(7.842)	-	(7.842)	
Encargos – Parcela “A”								
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - P&D.	22	(337)	-	(337)	(282)	-	(282)	
F.N.D.C.T.	22	(337)	-	(337)	(281)	-	(281)	
M.M.E..	22	(169)	-	(169)	(140)	-	(140)	
TFSEE.	22	(169)	-	(169)	(322)	-	(322)	
RECEITA LÍQUIDA		82.006	2.247	84.253	94.869	(11.981)	82.888	
				31/12/2023				31/12/2022

Argo IV Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações Contábeis Regulatórias
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

	<u>Nota</u>	<u>Societário</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Regulatório</u>	<u>Societário</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Regulatório</u>
Resultado antes dos custos gerenciáveis		82.006	2.247	84.253	94.869	(11.981)	82.888
Custos gerenciáveis – Parcela “B”							
Serviços de terceiros		(4.174)	-	(4.174)	(3.629)	-	(3.629)
Materiais		(726)	404	(322)	(287)	-	(287)
Seguros		(71)	-	(71)	-	-	-
Arrendamento e aluguéis		(321)	-	(321)	(75)	-	(75)
Pessoal		(2.747)	-	(2.747)	(2.084)	-	(2.084)
Tributos		(16)	-	(16)	(18)	-	(18)
Depreciação e Amortização		(149)	(12.984)	(13.133)	(39)	(13.979)	(14.018)
Provisão para Contingência		(91)	-	(91)	-	-	-
Outros		357	(5)	352	(1.587)	(5)	(1.592)
Outras receitas operacionais		-	-	-	934	(934)	-
RESULTADO DA ATIVIDADE		74.068	(10.338)	63.730	88.084	(26.899)	61.185
Resultado financeiro							
Receitas financeiras	24	3.213	-	3.213	2.161	-	2.161
Despesas financeiras	24	(25.622)	-	(25.622)	(34.743)	438	(34.305)
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		51.659	(10.338)	41.321	55.502	(25.527)	29.041
Despesas com impostos sobre os lucros							
Imposto de renda e Contribuição Social corrente	25	(2.421)	-	(2.421)	(1.209)	-	(1.209)
Imposto de renda e Contribuição Social diferido	25	(5.890)	4.464	(1.426)	(76.922)	83.597	6.675
Resultado líquido das operações em continuidade		43.348	(5.874)	37.474	(22.629)	58.070	34.507

28.3 A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a Contabilidade Societária e Regulatória:

28.3.1 Ativo da concessão, imobilizado e intangível

Os ajustes apresentados são decorrentes da aplicação, no âmbito societário, do ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão, mas que para fins de Contabilidade Regulatória tais práticas não foram adotadas. A aplicação da ICPC 01 (R1) resultou no registro de um ativo contratual (Ativos da Concessão) enquanto, para fins regulatórios, tais montantes são registrados como Ativo Imobilizado e Intangível.

No âmbito societário:

Ativos da concessão: Inclui os valores a receber referentes aos serviços de implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto vigente quando da formalização do contrato de concessão, conforme CPC 47.

No âmbito regulatório:

Imobilizado e intangível: Os efeitos da aplicação da ICPC 01 não são reconhecidos pela ANEEL e, conseqüentemente, não integram à Contabilidade Regulatória. Dessa forma, os bens vinculados à concessão, adquiridos de terceiros ou gerados internamente, são classificados como Imobilizado e Intangível de acordo com sua natureza e com os critérios estabelecidos no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015.

28.3.2 Imposto diferido

Conforme detalhado na nota de ajuste 28.1, os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL e PIS/COFINS diferidos.

28.3.3 Patrimônio líquido

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2023	2022
Patrimônio líquido societário	427.432	404.403
Ativo de Contrato (CPC 47)	(941.953)	(944.429)
Imobilizado e intangível (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	439.739	452.323
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	149.164	144.700
Tributos diferidos - PIS e COFINS (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	87.130	87.360
Patrimônio líquido regulatório	161.512	144.357

28.3.4 Receita de Construção

Conforme detalhado na nota de ajuste 28.2, no âmbito societário é reconhecida uma receita de construção como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos. A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.

28.3.5 Receita de Remuneração do Ativo de Concessão

Conforme detalhado na nota de ajuste 28.2, refere-se à remuneração dos Ativos da concessão existentes na contabilidade societária no âmbito da adoção da ICPC 01 (R1)

28.3.6 Receita de Operação e Manutenção

Conforme detalhado na nota de ajuste 28.2, no âmbito societário refere-se a receita de O&M calculada com base nos montantes de custos previstos no contrato de concessão, acrescidos de margem.

28.3.7 Custos operacionais

Conforme detalhado na nota de ajuste 28.2, conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo o custo de construção, registrados no resultado no grupo de “Custos operacionais”.

28.3.8 Depreciação e amortização

Conforme detalhado na nota de ajuste 28.2, no âmbito societário, devido a adoção do ICPC 01, o reconhecimento dos ativos vinculados à concessão está registrado na rubrica de "Ativos da concessão", mensurados como ativos contratuais. No âmbito regulatório, os ativos vinculados à concessão são registrados como Imobilizado e Intangível resultando, conseqüentemente, em despesas com depreciação/amortização.

28.3.9 Lucro (Prejuízo) do exercício

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios decorre do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Conciliação lucro (prejuízo) societário e regulatório

	2023	2022
Lucro líquido societário	43.348	(22.629)
Receita bruta (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	2.476	(13.070)
Tributos e encargos - PIS e COFINS (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	(229)	1.089
Custos operacionais (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	399	(939)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	4.464	83.597
Depreciação (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	-	-
Depreciação regulatória	(12.984)	(13.979)
Capitalização de juros (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	-	438
Lucro líquido regulatório	37.474	34.507

* * *

Simone Borsato
Diretora de RI e Finanças

Thiago Borges Martins
Controller
CRC/RJ 116409/O